

Fernando Antonio Dorna Magalhães – auditor federal de controle externo do TCU

É diretor da 8ª seceex, secretaria que trata das fiscalizações ambientais, e supervisionou as quatro auditorias feitas pelo TCU nas políticas públicas direcionadas às mudanças climáticas.

Qual a expectativa em relação à Copenhague?

Espero que o acordo para Copenhague seja firmado, devido à importância em definir a agenda ambiental nas próximas décadas.

Qual o maior desafio para uma convivência harmoniosa com o meio ambiente?

O maior desafio é quanto à mudança cultural que envolve entender o meio ambiente como limitado. Isso é necessário para uma maior consciência a fim de garantir a existência das gerações futuras. É preciso que além do governo, a sociedade e os cidadãos devam estar cientes das limitações ambientais. Não concordo quando alguns ambientalistas dizem que os recursos ambientais não acabam. Alguns mudam de forma. Mas outros se acabam, como exemplo, o patrimônio genético de algumas plantas distintas se perde com a degradação ambiental.

O que falta para o Brasil fazer para que sejam incluídas mudanças do clima nas políticas públicas e tratar a questão com a urgência necessária?

Como auditor, digo que o TCU não pode dar pitaco nas decisões do governo. Esse não é o papel do Tribunal, que somente fiscalizará se as ações firmadas em Copenhague vão estar de acordo ou não com o que foi pactuado. Como cidadão, considero que a demora em definir metas concretas pode significar uma perda de oportunidade para o País ser exemplo para o resto do mundo nas questões ambientais.

O Brasil recebeu crítica por não ter um plano “B”, caso a meta a ser apresentada em Copenhague não seja aceita. Isso é um problema?

Quanto à falta de plano “B”, como já disse, o TCU não interfere nas decisões do governo. E acho que não é relevante pensar em plano B, a importância é que o acordo seja fechado e seja bom para todos.